

LABORATÓRIO DE FUTUROS:  
**PROPOSTAS DE TRABALHADORAS  
E TRABALHADORES PARA UMA  
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA**

PETROLEIRAS E PETROLEIROS



**1ª EDIÇÃO**

**OUTUBRO / 2025**



LABORATÓRIOS DE FUTUROS

---

**PROPOSTAS DE  
TRABALHADORAS E  
TRABALHADORES PARA  
UMA TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA JUSTA**

**PETROLEIRAS E PETROLEIROS**

1ª edição | Outubro de 2025



# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>04</b>
<b>PETROBRAS E O FUTURO ENERGÉTICO DO BRASIL: POR UMA TRANSIÇÃO JUSTA, SOBERANA E POPULAR</b> Miriam Cabreira e Deyvid Bacelar .....	<b>10</b>
<b>O PETRÓLEO É NOSSO, O FUTURO TAMBÉM: POR UMA TRANSIÇÃO JUSTA E POPULAR</b> Clara Junger .....	<b>13</b>
<b>AS EMERGÊNCIAS DO TEMPO PRESENTE E A JUSTIÇA SOCIAL</b> Mahatma Ramos dos Santos .....	<b>17</b>
<b>PROPOSTAS DAS PETROLEIRAS E PETROLEIROS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA</b> .....	<b>22</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>26</b>
<b>FICHA TÉCNICA</b> .....	<b>28</b>

# INTRODUÇÃO

---

## LABORATÓRIOS DE FUTUROS: A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE TRANSIÇÃO JUSTA NO BRASIL A PARTIR DA ESCUTA DOS SINDICATOS

---

O Brasil segue um caminho de transformação global onde a relação entre trabalho e clima se estabelece como o elemento central para o avanço da Transição Energética Justa. De maio a novembro de 2025, Aurora Lab realizou a Caravana do Futuro, que teve este tema como fio condutor. A Caravana procurou conectar territórios, ampliar vozes e desenvolver novos futuros possíveis que incorporem justiça climática, transição justa e trabalho digno.

Nesse contexto, os Laboratórios de Futuros são uma iniciativa que procura contribuir com o fortalecimento da Transição Justa. Este material tem o objetivo de traduzir as demandas dos trabalhadores, elaboradas nos Laboratórios, em propostas concretas de políticas públicas que possam contribuir para o debate doméstico e internacional.

## A INICIATIVA E ATORES ENVOLVIDOS

---

Os Laboratórios de Futuros foram realizados por Aurora Lab, em parceria estratégica com entidades sindicais relevantes e representativas nessa discussão, sendo elas o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE) e a Confederação Única dos Urbanitários (CNU).

O objetivo central dessa iniciativa é duplo: primeiramente, criar espaços de escuta e diálogo sobre as preocupações, demandas e solu-

ções propostas pelos trabalhadores; e, em segundo lugar, contribuir para trazer propostas concretas para a transição justa.

A metodologia utilizada foi criada em parceria com o Instituto Procomum, a partir dos seus Laboratórios Cidadãos, e adaptada para a realidade sindical, permitindo que trabalhadores e trabalhadoras partissem de seu vasto acúmulo e experiência na defesa de direitos trabalhistas para propor iniciativas que garantam uma transição energética de fato justa.

## O PROCESSO DE COCRIAÇÃO E OS SETORES ABORDADOS

---

Ao longo de três meses, os Laboratórios de Futuros mobilizaram cerca de **120 trabalhadores, trabalhadoras e dirigentes sindicais para a cocriação de propostas sobre Transição Justa**. Os debates se concentraram em três setores cruciais para a descarbonização brasileira: **óleo e gás, metalurgia/transportes e geração de energia**, esta última com foco nas energias renováveis.

Os encontros de cocriação ocorreram em São Bernardo do Campo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Mossoró (RN). Para enriquecer o panorama e aproximar campos cruciais para a ação climática, a iniciativa também convidou especialistas do campo climático e sindical para fornecer reflexões sobre os desafios, mas também sobre as possibilidades para avançar em mecanismos que tragam garantias de justiça climática e de trabalho digno.

## PREOCUPAÇÕES SETORIAIS E DESAFIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

---

Os debates realizados em diferentes regiões e setores revelaram preocupações manifestadas de forma transversal: o risco da perda de empregos, a necessidade de (re)qualificação de setores inteiros

da força de trabalho para enfrentar a nova transição, e a necessidade de arcabouços legais que garantam direitos ao longo de todo o processo.

Cada um dos setores enfrenta realidades particulares em termos do ritmo da transição. Trabalhadores das **energias renováveis**, por exemplo, já estão vivenciando os impactos de uma transição que avança num ritmo acelerado e sem planejamento, e que vem falhando em incorporar adequadamente as questões relacionadas a direitos trabalhistas e qualidade do emprego.

O setor **metalúrgico** também enfrenta impactos no futuro próximo. Com o avanço da eletrificação dos transportes, há riscos importantes caso o Brasil não implemente medidas para se posicionar em um mercado que é dominado por tecnologias e mercados estrangeiros. Para além de um debate sobre empregos, este precisará ser também um debate sobre a indústria e seu papel na descarbonização..

Por fim, a realidade dos **petroleiros e petroleiras** exige uma transformação completa e planejada a médio e longo prazo, preparando o setor para a virada necessária para longe dos combustíveis fósseis o mais breve possível, sem perder de vista a soberania energética e o papel do Estado.

## 20 PROPOSTAS PARA UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

---

O resultado mais palpável e imediato da experiência dos Laboratórios de Futuros foi o desenvolvimento de 20 propostas voltadas a políticas públicas. Essas propostas foram formuladas a partir da realidade e das preocupações específicas de cada setor, e estão compiladas em três cadernos setoriais que resumem os debates realizados. Para além dessas propostas, cada setor desenvolveu também outras, voltadas a fortalecer sua atuação, em termos sindicais, sobre a pauta de transição energética.

As iniciativas apresentadas aqui oferecem uma tradução inicial para tomadores de decisão e formuladores de políticas sobre o que pode ser, na prática, a Transição Energética Justa. Por serem fundamentadas na experiência dos trabalhadores, as propostas garantem que as políticas estejam lastreadas na realidade e tragam garantias para quem é diretamente impactado pelos processos de construção de uma economia de baixo carbono.

Esta publicação traz também a visão das entidades sindicais e de especialistas em clima e trabalhadores, como forma de dar contexto sobre os temas. Mais do que um registro, esta publicação é um convite ao diálogo e à ação.

Que estas páginas inspirem reflexões, fortaleçam redes de colaboração e abram espaço para práticas transformadoras que deem continuidade às ideias aqui reunidas!

**Bruna Galvão**

diretora de estratégia

**Gabi Vuolo**

diretora executiva

**Luz González**

diretora de redes e parcerias

**Aurora Lab**

**VISÕES SOBRE  
A TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA JUSTA**



# PETROBRAS E O FUTURO ENERGÉTICO DO BRASIL: POR UMA TRANSIÇÃO JUSTA, SOBERANA E POPULAR

---

Miriam Cabreira e Deyvid Bacelar

**A** emergência climática é consequência de um modelo de acumulação e reprodução do capital insustentável e excludente. Durante muito tempo, o capitalismo negou a necessidade de atuar para descarbonizar o planeta. Agora que as mudanças climáticas já estão batendo à porta da sociedade através da ocorrência de eventos extremos, como a enchente ocorrida do Rio Grande do Sul em maio de 2024, o capitalismo sequestra a pauta da transição energética.

Esse sequestro fica claro devido à forma com que os países, em especial os periféricos, têm sido pressionados a aderir a essa agenda de transição sem levar em consideração as realidades locais, as parcelas atuais e históricas de emissões de gases de efeito estufa e as necessidades dos países do Sul Global de garantir democratização energética para a sua população. Além disso, os trabalhadores e trabalhadoras de diversos setores afetados pela agenda imposta para a transição energética não estão sendo ouvidos, embora já estejam sendo impactados. Aliás, os trabalhadores são impactados pelas mudanças climáticas, inseguranças com relação aos seus empregos e ansiedade por serem considerados trabalhadores do grande “vilão” das emissões, o petróleo.

Essa transição, para que seja eficiente e contribua para os compromissos globais de redução das emissões de gases de efeito estufa,

precisa ancorar-se na realidade do Brasil, da sua matriz de emissões. No nosso país, cerca de 76% das emissões são oriundas do desmatamento, do uso da terra e da agropecuária. Isso não exime o setor energético de assumir compromissos e metas, mas nos dá a possibilidade de pensar tal setor associado a uma estratégia de longo prazo, soberana, inclusiva e popular.

O conceito de transição justa está em disputa. Para a Federação Única dos Petroleiros, a transição justa no Brasil deve vincular a agenda climática às oportunidades e potenciais do nosso país, para alavancar novas cadeias produtivas em torno das energias renováveis, as quais consigam substituir gradualmente aquelas das cadeias de óleo e gás, reposicionando o Brasil nas novas cadeias de valor globais. Representa, também, a busca por criação de novos postos de trabalho decentes, capacitação e qualificação profissional, diálogo e participação social, desenvolvimento regional, inclusão das comunidades atingidas e garantia de serviços públicos de qualidade com modicidade tarifária. A transição energética no Brasil também precisa garantir a soberania e a segurança energética, enfrentar o problema da pobreza energética – que atinge cerca de 19% dos domicílios brasileiros – e implementar pautas históricas dos movimentos sociais, como a da agroecologia, a da reforma agrária e a da moradia digna.

Na nossa concepção, a transição no Brasil deve ser justa, soberana e popular. Para isso, é imprescindível que seja desenvolvida com protagonismo e coordenação do Estado, visando um projeto nacional de desenvolvimento verde e atuando para mitigar os conflitos, para garantir acesso à energia para a população e garantir que os trabalhos gerados sejam de qualidade.

Para financiar a transição energética justa, defendemos que parte da renda do petróleo seja usada para investimentos em novas rotas tecnológicas, visando o desenvolvimento industrial e logístico de baixo carbono. A Petrobrás, como a maior empresa estatal, deve ter um papel central nesse processo de transição. Seu reposicionamento

como empresa de energia já sinaliza essa intenção, mas suas amarras de lei, seu estatuto, os compromissos curto-prazistas e mesmo a falta de vontade política ainda dificultam que a empresa seja uma verdadeira protagonista na agenda da transição energética JUSTA.

Nesse contexto, a FUP defende uma proposta de transição energética justa, soberana e popular no setor de óleo e gás, para o Brasil e para a Petrobras, associada a um novo projeto nacional de desenvolvimento industrial verde. Pequenos passos foram dados, mas o caminho é longo e precisa ser feito coletivamente para não repetirmos a agenda neocolonialista, agora travestida de agenda da transição energética.

---

**Miriam Cabreira** é Presidenta do Sindipetro-RS e Diretora de Segurança, Meio Ambiente, Saúde e Novas Tecnologias da FUP.

**Deyvid Bacelar** é Coordenador Geral da FUP e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável da Presidência da República.

# O PETRÓLEO É NOSSO, O FUTURO TAMBÉM: POR UMA TRANSIÇÃO JUSTA E POPULAR

---

Clara Junger

A realidade do colapso climático é inegável. A elevação da temperatura média global, causada pelo aumento da emissão de gases de efeito estufa (GEE), já provoca uma série de eventos climáticos extremos<sup>1</sup>, como ondas de calor, secas prolongadas, incêndios e enchentes, muitos dos quais lembramos de assistir nos noticiários recentemente. Na última década, os combustíveis fósseis – petróleo, gás e carvão mineral – foram responsáveis por 86% das emissões de GEE<sup>2</sup>, representando hoje a maior ameaça à sobrevivência da vida humana na Terra. Para esse problema global, o Brasil tem um papel relevante: em 2024, foi o 8º maior produtor de petróleo do mundo<sup>3</sup> e exportou 52% da sua produção total<sup>4</sup>.

---

1. Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), 2025. **Nota Técnica N° 19/2025**: Estado do clima, extremos de clima e desastres no Brasil em 2024.

2. **IPCC, 2021: Mudança do Clima 2021: A Base da Ciência Física**. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

3. **IBP, 2025**: Maiores produtores mundiais de petróleo em 2024.

4. **INEEP, 2025**: O recorde da exportação de petróleo e o descompasso entre o crescimento da produção e a capacidade de refino no Brasil.

Algo precisa ser feito, mas como encontrar acordo sobre o que é possível fazer? No calor dos debates, a polarização encontra terra fértil e rapidamente se apontam vilões, soluções e impostores. Tomamos lado, criamos ressentimentos, fechamos portas e, principalmente, reduzimos questões complexas a dualismos simplistas, que precisam ainda de muita rega para dar frutos. É tempo de aproveitar as oportunidades de amadurecer os debates, aproximar diálogos, incluir atores e refletir coletivamente sobre onde estamos e para onde vamos, sem esquecer de como chegamos até aqui.

Desde o século XVIII, na primeira Revolução Industrial, os combustíveis fósseis foram propulsores de saltos tecnológicos importantes para a sociedade de hoje, como o aumento da nossa expectativa de vida, a expansão da produção de alimentos e o avanço da mobilidade global. É preciso reconhecer que, se chegamos até aqui, foi graças aos trabalhadores e trabalhadoras do setor, que empregam sua mão de obra e, muitas vezes, arriscam sua saúde e vida para fazer as engrenagens do setor girarem.

Contudo, nada disso ocorreu sem consequências e estamos, a cada dia, mais próximos do ponto de não retorno<sup>5</sup>. Se antes havia espaço para dúvida, hoje há a certeza de que é preciso recalcular a rota, é preciso repensar não só a matriz, mas o modo de vida e modelo de consumo capitalista que nos trouxe até aqui. A praticidade da vida urbana está custando muito caro a nós mesmos, é preciso pôr a vida sempre acima do lucro.

Se o petróleo é nosso, devemos poder escolher coletivamente onde ele deve estar e para que será usado. É preciso reconhecer que a

---

**5. [Global Tipping Points, 2025](#):** Conference Statement 2025.

indústria de combustíveis fósseis também garante o sustento de milhões de famílias e que a mudança não pode acontecer da noite para o dia, com a perda abrupta de postos de trabalho. O debate sobre uma Transição Justa e Popular precisa incluir toda a sociedade e, principalmente, os trabalhadores do setor, garantindo que ninguém fique para trás e que haja garantias mínimas, como as transições de carreira para os previstos 30 milhões de postos de trabalho em energias renováveis até 2030<sup>6</sup>.

A ausência de um acordo global sobre a transição faz com que cada país e cada empresa queira “extrair até a última gota”, aumentando a proximidade do ponto de não retorno, o risco de acidentes e o uso de técnicas mais agressivas, como o fraturamento hidráulico (fracking), e a expansão para locais mais sensíveis, como a Foz do Amazonas. É possível e urgente trilhar um caminho distinto, que garanta a manutenção de empregos e a criação de novos postos de trabalho com proteção social. A saúde e a segurança do trabalhador precisam ser priorizadas, afastando-o dos altos riscos de contaminação e acidentes<sup>7</sup> durante as fases de exploração e produção dos combustíveis fósseis.

É hora de unir esforços e criar espaços de diálogo e negociação específicos que gerem uma proposta concreta e vinculante para os países. É urgente começarmos a pensar um acordo internacional<sup>8</sup> que vise impedir o aumento da exploração de carvão, petróleo e gás; que

---

6. ONU: [Energias renovables: energías para un futuro más seguro.](#)

7. [Federação Nacional dos Engenheiros, 2023:](#) Como trabalham e adoecem os petroleiros e as petroleiras.

8. Um acordo global como propõe a iniciativa do [Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis.](#)

planeje o fim gradual da produção existente e assegure a transição justa e popular; que seja capaz de mudar a rota do colapso climático na qual caminhamos. Para tanto, é imprescindível o diálogo e a participação dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo: unamo-nos!

---

*Clara Junger é educadora popular e atua com movimentos e organizações da sociedade civil no Brasil e na América Latina, com enfoque em fortalecer a autonomia dos territórios tradicionais frente aos impactos da indústria extrativa predatória. Trabalha como coordenadora de campanha no Brasil para a Iniciativa do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis e participa de articulações regionais que promovem a justiça climática, transição energética e direitos territoriais. Clara é mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade de Padova, tem especialização em Antropologia Aplicada pela Universidade de Salamanca e é formada em Relações Internacionais pela PUC-Rio*

# AS EMERGÊNCIAS DO TEMPO PRESENTE E A JUSTIÇA SOCIAL

**Mahatma Ramos dos Santos**

**V**ivemos um tempo histórico de múltiplas e aceleradas transformações. O presente é produto e produtor de polícrises, impondo desafios imediatos e estruturais de caráter ambiental e tecnológico, mas, sobretudo, de caráter político. Tais transformações já afetam profundamente o tecido social, como trabalhadores, organizações de classe e mercado de trabalho. A construção de soluções passa por concertação de interesses contraditórios, recuperação da capacidade interestatal de cooperação e garantia da paz no âmbito global e local.

A crise neoliberal e a necessidade de reestruturação capitalista, combinadas à crise do multilateralismo e à aceleração da emergência climática, criam um desafio para a humanidade. Além de se disseminarem globalmente, elas se expressam de forma única em cada território, o que complexifica a busca por soluções globais e reforça a necessidade de pensar as trajetórias singulares de cada território, setor econômico ou matriz energética.

A agenda da transição energética emergiu como uma possível resposta a essas crises, visto que permite, a um só tempo, o enfrentamento de suas dimensões econômica, climática e energética, pela implementação de políticas industriais de baixo carbono, mitigação e adaptação climática, e planejamento energético. No entanto, nota-se que essa agenda, orientada por instrumentos e interesses de mercado, não só falhou na restrição às emissões de GEE e intensificou a recorrência de eventos climáticos severos, como ampliou a mercantilização da natureza e fragilizou a governança global e as democracias ocidentais, impulsionando a corrida tecnológica e

comercial, os processos de desregulamentação econômica, desorganização e precarização das relações de trabalho.

Nesse cenário, a segurança energética tem orientado as ações e interesses dos atores na geopolítica energética global, tanto em combustíveis fósseis quanto em energias de baixo carbono. Do ponto de vista energético, as grandes potências e corporações estão menos preocupadas com o aquecimento global do que com os custos da competição por acesso e domínio dos recursos energéticos dispersos no mundo, o que transformou a agenda da transição num empreendimento assimétrico, excludente e neocolonial, orientado do Norte para o Sul Global.

A atual transição energética é multidimensional e complexa, pois envolve uma pluralidade de processos, com trajetórias, temporalidades e motivações distintas, além de um conjunto de incertezas e interesses distintos e contraditórios. A consolidação de um novo paradigma energético será lenta e não linear, sendo os Estados Nacionais instrumentos centrais, tanto na formulação de políticas públicas como na coordenação da governança e dos usos dos recursos disponíveis. O Estado não pode se limitar à redução dos riscos do capital privado.

No caso brasileiro, a inserção dependente do país na economia global, combinada às vantagens de sua matriz energética – três vezes mais renovável que a média global – e a disponibilidade abundante de recursos necessários à economia de baixo carbono, ao mesmo tempo que produzem oportunidades de desenvolvimento, reforçam o apetite das grandes potências e a estrutura primário-exportadora de nossa economia.

A reprodução acrítica de uma agenda climática e econômica prescrita pelo Norte Global já produz efeitos devastadores no Brasil, especialmente no Nordeste, onde predominam os empreendimentos eólicos e fotovoltaicos.

A recuperação de um planejamento estatal e a implementação participativa de uma transição justa são urgentes. A estatal Petrobras é um ator-chave para pensar a energia do futuro, sendo um veículo

para adensamento e descarbonização da indústria energética nacional – com segurança energética, inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento – e mobilizando sua capacidade de investimentos, geração de renda e trabalho decente. Para isso, é preciso recuperar seu caráter integrado, estratégico e nacional, em oposição à visão curto-prazista que impera hoje em sua administração.

A imersão dos trabalhadores e suas representações na disputa pelos caminhos para a transição energética também é imperativa. A formulação e promoção da transição energética justa, democrática e popular deve ser uma alternativa sólida às propostas do capital. A sociedade civil deve ser protagonista e capaz de transformar a necessidade de descarbonização e a promoção de uma economia de baixo carbono em oportunidades de desenvolvimento. Para isso, é preciso incidir assertivamente nas instituições estatais e multilaterais, lutando pelo fortalecimento das estatais – a exemplo da Petrobrás – e pela reestatização daquelas que foram privatizadas, tais como Eletrobrás, BR Distribuidora, entre outras.

Uma proposta de transição justa deve se orientar por princípios democráticos, cooperativos, pacíficos e de longo prazo, como participação e diálogo social, integração entre os povos, promoção de justiça e reparação, resistência à degradação ambiental e social, combate à pobreza energética, trabalho decente, e reconhecimento de que o acesso à energia é um direito humano universal, não uma mercadoria.

A agenda da Transição Justa, liderada pelos trabalhadores e trabalhadoras, deve promover a superação da falsa dicotomia entre desenvolvimento e transição energética, que devem caminhar juntos.

---

**Mahatma Ramos dos Santos** é Diretor Técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep), Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável da Presidência da República (CDESS), doutorando em Sociologia no PPGSA-UFRJ e pesquisador associado do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA-UFRJ).

**PROPOSTAS**



# PROPOSTAS DAS PETROLEIRAS E PETROLEIROS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

---

## 1 ELABORAR E IMPLEMENTAR UM PLANO NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA.

Pensar a transição de forma a reduzir as desigualdades no Brasil, garantir a manutenção de empregos de qualidade, e favorecer o desenvolvimento do país e a soberania energética. Incluir comunidades impactadas, trabalhadoras e trabalhadores afetados pela transição energética nas discussões, e garantir o financiamento da transição por meio do Estado, das indústrias do setor (em especial as estatais) e de outros setores poluidores.

## 2 PETROBRAS LIDERANDO A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E SUSTENTÁVEL.

A Petrobras, como estatal, deve garantir os interesses sociais e ambientais, priorizando investimentos na transição justa, reduzindo o pagamento de dividendos e investindo pesadamente na transição.

# 3

## **PROTEGER OS EMPREGOS DIRETOS POR MEIO DE ACORDOS COLETIVOS NO CENÁRIO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA PETROBRAS.**

Reduzindo as incertezas de trabalhadoras e trabalhadores em relação ao futuro, fortalecendo a ação sindical e preservando direitos.

# 4

## **CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GARANTIR DIREITOS DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES(AS).**

Incluir, nos espaços de formação (cursos técnicos, universidades públicas, etc.), a visão das trabalhadoras e trabalhadores sobre a transição energética justa.

# 5

## **RETOMAR A POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL, COM ÊNFASE NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA LIDERADA PELA PETROBRAS COMO EMPRESA DE ENERGIA, E MOBILIZANDO TODOS OS STAKEHOLDERS.**

Aproveitamento do capital patrimonial e intelectual da Petrobras, que, inclusive, tem expertise no conteúdo local para promover a transição energética.

# 6

## **REVERTER A PERDA DE DIREITOS PARA OS TRABALHADORES(AS) PETROLEIROS(AS) TERCEIRIZADOS(AS).**

Por meio de alterações na reforma trabalhista e previdenciária.

# 7

## IMPLEMENTAR POLÍTICAS QUE PROMOVAM CURSOS DIRECIONADOS ÀS NOVAS MATRIZES ENERGÉTICAS PARA TRABALHADORES(AS) DO SETOR.

Para que os trabalhadores(as) possam adquirir novos conhecimentos nas novas matrizes energéticas, garantindo sua transição para o novo mercado de trabalho.



# AGRADECIMENTOS

---

Agradecemos às instituições e pessoas que tornaram possível a realização dos Laboratórios de Futuros, que participaram das atividades e da produção dos conteúdos decorrentes deles.

## **FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS (FUP)**

Deyvid Bacelar  
Miriam Cabreira

## **SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE (SINDIPETRO-RN)**

Antônio Marcos Brasil  
Pedro Idalino Ciríaco Filho

## **INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS ZÉ EDUARDO DUTRA (INEEP)**

Mahatma Ramos dos Santos

## **INICIATIVA DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS**

Clara Junger

## **COLETIVO ENTRELINHAS**

Vitor Massao

## **PARTICIPANTES DOS LABORATÓRIOS:**

Alessandra Murteira	Claudete Roseno de Castro
Alexandro Jorge	Elder Luis de Morais
Antônio Marcos Brasil	Eufrazio Paulino da Silva Neto
Diego Liberalino	Evaldo Carvalho dos Reis.
Efraim Batista	Francisco Adalberto Moura Bezerra
Fernando	Francisco Amaral Campina
Iran Vieira	Gleidielson Jeová Melo de Assis
José Genivaldo	Henrique Eduardo de Sousa
Juliana Gonçalves	Jairo Gustavo Almeida da Silva
Mahatma Ramos dos Santos	José Aldeirton Pereira
Maria João	Lucas Florêncio Costa
Miriam Cabreira	Manoel Assunção da Silva
Nalva Faleiro	Marcos Aurélio de Lima Azevedo
Paulo Neves	Maria Beatriz da Conceição C.
Paulo Rodrigo	Epaminondas
Renata Oliveira	Pedro Idalino Ciríaco Filho
Rodrigo Araújo	Richardson Túlio de Oliveira Silva
Sinésio Gomes	Rildo Tavares e Melo
Anailde Maria Moreira Pampalona	Rondinele Rosário da Costa
Antônio Marcos Brasil	

# FICHA TÉCNICA

---

**SUBTÍTULO:** Laboratórios de Futuros

**TÍTULO:** Propostas de trabalhadoras e trabalhadores para uma transição energética justa | Petroleiras e Petroleiros

**EDIÇÃO:** 1ª edição | Outubro de 2025

## EXPEDIENTE

**Equipe Aurora Lab:** Bruna Galvão, Carol La Terza, Gabi Vuolo, Guilherme Borducchi, Jaqueline Souza, Luz González, Raphael Maia, Rochelle Borges.

**Revisão:** Maísa Intelisano

**ID visual e diagramação:** Coletivo Piu (Ana Dibiasi e Caco Wellichan)

**Capa:** Raphael Maia

**Créditos das imagens:** Kandu

**Impressão:** Pigma

**Formato:** A5

**Tipografia:** Catamaran e Syncopate

**Material capa:** Couchê 150g com laminação fosca

**Material miolo:** Couchê fosco 100g

**Número de páginas:** 28 páginas

**Tiragem:** 750 cópias

Foto da capa: **Two Happy Bear - Freepik.com**  
Foto da contracapa: **wirestock - Freepik.com**



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercialShareAlike 4.0 International

REALIZAÇÃO:

**aurora**  
LAB

PARCERIA

**FUP**  
FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

  
**SINDIPETRO-RN**  
Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do RN

APOIO:

 **climateworks**  
FOUNDATION

**iCS+10**  
INSTITUTO CLIMA + SOCIEDADE ANOS



**aurora**  
LAB